



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

ATA NÚMERO 04/2019

Aos **sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove**, com início às oito horas e trinta minutos, na Sala do Conselho Universitário, sito no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia, Campus Capão do Leão, 180, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo **Professor Pedro Rodrigues Curi Hallal**, Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Luís Isaías Centeno do Amaral**, Vice-Reitor; **Mariângela da Rosa Afonso**, no Exercício da Direção da Escola Superior de Educação Física; **Isabel Cristina Rosa Barros Rasia**, Diretora da Faculdade de Administração e Turismo; **Antonio Costa de Oliveira**, Vice-Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Ana Lucia Costa de Oliveira**, representando o Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Pedro Moacyr Peres Silveira**, Vice-Diretor da Faculdade de Direito; **Rogério Costa Würdig**, Diretor da Faculdade de Educação; **Caroline de Leon Linck**, Vice-Diretora da Faculdade de Enfermagem; **Marcelo Fernandes Capilheira**, Diretor da Faculdade de Medicina; **Fabrcio Pereira Härter**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Letícia Mascarenhas Pereira Barbosa**, Vice-Diretora da Faculdade de Nutrição; **Evandro Piva**, Diretor da Faculdade de Odontologia; **Sebastião Peres**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Willian Silva Barros**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **João Francisco Nascimento Hobuss**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Úrsula Rosa da Silva**, Diretora do Centro de Artes; **Tiago Veiras Collares**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Isabela Fernandes Andrade**, Diretora do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Vanessa Doumid Damasceno**, Diretora do Centro de Letras e Comunicação; **Cesar Valmor Rombaldi**, suplente da representante dos Professores Titulares; **Luiz Carlos Rigo**, representante dos Professores Titulares; **Alexandre Fernandes Gastal**, representante dos Professores Associados; **César Dalmolin Bergoli**, representante dos Professores Adjuntos; **Eleonora Campos de Mattos Santos**, representante dos Professores Adjuntos; **Marina Peres Bainy**, suplente do representante dos Professores Assistentes; **Annelise Costa Montone**, suplente da representante dos Professores Auxiliares; **Lucielli Saravegnago**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Tatiana Pereira Cenci**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Gustavo Maia Souza**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Caroline Terra de Oliveira**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Humanas); **Daniele Baltz da Fonseca**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Humanas); **Merielen de Carvalho Lopes**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Exatas e da Terra); **Daniel Munari Vilchez Palomino**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Exatas e da Terra); **Adriana de Souza Gomes Dias**, representante do COCEPE; **Raquel da Cunha Recuero**, representante do COCEPE; **Miguel Medina Júnior**, representante Comunitário; **Hullifas Lopes Nogueira**, **Douglas Rafael Antunes Ortiz Duarte**, **Fidel Perini Gonçalves da Silva**, **Tony de Ciqueira Sechi**, **Hugo Carlos Bolzon Gonzalez**, **Lucas Ferreira Santos Melo**, representantes discentes; **Antonio Augusto da Silva Azambuja**, **Rosana Ávila Pereira Chollet**, **Thaize Debatin Wehrneister**, **Julieta Carriconde Fripp**, **Sergio Eloir Wotter e Arlete Araújo de Albuquerque**, representantes dos Técnicos Administrativos e **Zedeni da Silva Braum**, representante dos Servidores Técnico-Administrativos Aposentados. Não compareceram os conselheiros: **Gilberto D'Ávila Vargas**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Luiz Fernando Minello**, Diretor do Instituto de Biologia; **Rui Carlos Zambiasi**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Mario Duarte Canever**, representante dos Professores Associados; **Wagner Hulmenschlager**, representante dos Professores Assistentes; **Lui Nörnberg**, representante dos Professores Auxiliares; **Representante** dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Vida), por não ter tido candidatos na última eleição; **Fernanda de Souza Teixeira**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Vida); por não ser mais conselheiro do COCEPE; **Sergio Barum Cassal**, representante dos Docentes Aposentados; **Ana Carolina Issler Ferreira Kessler**, representante Comunitário; **Jacques Adolphe Gastão Reydams**, representante Comunitário; **Augusto Martins de Ávila**, representante

discente; **Daniel de Alvarenga Barbare**, representante dos Servidores Técnico-Administrativos. Com a confirmação de quórum, o senhor presidente iniciou a reunião relatando a pauta do dia. Aprovada por unanimidade. Deu sequência à reunião, passando ao **Item 01 – Informes: 1)** O senhor presidente falou sobre as principais atividades sobre os 50 anos da UFPeI. Pela manhã acontecera reunião na Câmara de Vereadores. À tarde, ocorreria solenidade de Outorga de Títulos Honoríficos e às 20 horas haveria um coquetel. **2)** O senhor presidente anunciou que no dia 18 de agosto aconteceria Rústica da UFPeI, como parte da comemoração dos 50 anos. **3)** O senhor presidente declarou que a Administração havia tomado a decisão de não fazer festa muito pomposa, para a comemoração do aniversário da Universidade, pela atual situação orçamentária das universidades. De pronto passou ao **Item 02 – Apreciação das Atas nº 01 e 03/2019**. A Ata 01 foi aprovada, com sete (07) abstenções. Ata 03 aprovada, com oito (08) abstenções. Dando sequência à pauta, passou à análise do **Item 03 – Processo nº 23110.05628/2018-13 – Minuta de Resolução que dispõe sobre pagamento de gratificação por encargo de curso ou concurso**. O senhor presidente relatou que o processo havia recebido pedido de vistas na última reunião, pela conselheira Rosana Chollet, que entregou análise detalhada da Resolução, no dia anterior à reunião. Foi necessário tempo para analisar as sugestões e apresentarem documento atualizado, com as alterações sugeridas. O senhor presidente solicitou deixar a análise para a próxima reunião, o que foi aprovado, com uma (01) abstenção. **Item 04 – Processo nº 23110.059441/2018-11 da CPPD – Minuta de Resolução que dispõe sobre as normas para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção dos servidores docentes do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal**. O senhor presidente relatou que este processo havia tramitado por quase quinze anos e no ano de 2018 havia sido aprovado o processo dos servidores Técnico-Administrativo. Para os docentes, foi solicitado pedido de vistas pelo conselheiro Rogério Würdig. Na semana anterior, a ADUFPEL também havia solicitado adiamento da discussão. Com esta solicitação, o conselheiro Rogério retirou seu pedido de vistas e iria retornar a discussão com o Fórum de Diretores e faria contato com a ADFPEL. Até o final de setembro seria encaminhada a proposição, para ser analisada no início de outubro. Colocada em votação a proposta foi aprovada, com duas (02) abstenções. **Item 05 – Processo nº 23110.010202/2019-36 da AGLM – Regimento da Agência da Lagoa Mirim**. O senhor presidente relatou que desde 2017 estava sendo construído o Regimento. A proposta foi submetida à Procuradoria Jurídica – PJ e à Comissão de Legislação e Normas - CLN. Leu o parecer da CLN e deixou a palavra à disposição dos conselheiros. Não havendo inscritos, colocou a proposta em regime de votação. Aprovada, com dez (10) abstenções. **Item 06 – Processo nº 23110.032605/2018-55 do IB – Regimento da Comissão de Apoio ao NAI - CONAI**. O senhor presidente explicou que esta Comissão possui três Grupos: NUAD, NUGEN e NAI. A proposta da Comissão havia sido apresentada há algum tempo. Analisada pela PJ e CLN. Leu o parecer da PJ, que sugeriu alterações formais. O parecer da CLN havia sido favorável. Colocada a palavra à disposição dos conselheiros. Não havendo manifestações, submeteu à aprovação. Aprovada, com cinco (05) abstenções. **Item 07 – Processo nº 23110.031835/2019-88 da CCS – Lista de nomes indicados, para receberem Título Honorífico alusivo aos 50 anos da UFPeI (aprovado ad referendum)**. O senhor presidente informou que cada uma das dez Unidades Administrativas tiveram o direito de indicar nomes para receberem a titulação. As vinte e duas Unidades Acadêmicas indicaram nomes de docentes e de servidores Técnico-Administrativos. Duas Unidades não indicaram nomes (FAUrb e CIM). O Conservatório de Música fez indicação alusiva aos 100 anos da Unidade. A conselheira Úrsula Silva falou, justificando a indicação, pelo fato de que o Conservatório foi Unidade Acadêmica até o ano de 2010 e não teve a oportunidade de indicar nomes para receber títulos durante todos estes anos, o que foi considerado justo pela Administração. O senhor presidente leu a relação de nomes indicados. Deixou a palavra, para manifestações por parte dos conselheiros. Os representantes discentes relataram que não haviam sido consultados em relação às indicações das Unidades Acadêmicas. Como eram contrários a alguns nomes apresentados, solicitaram que não houvesse, no futuro, indicações desta forma. A conselheira Vanessa Doumid concordou com esta fala e disse que em sua Unidade, a consulta havia sido feita às três categorias. A conselheira Isabela Andrade disse que no Centro de Engenharias também havia ocorrido consulta às três categorias. O conselheiro Omar Hussein disse que, como sua Unidade era muito nova, o Conselho do Centro havia decidido não sugerir nomes docentes e entre os TAs também houve a mesma decisão. Sem mais manifestações, o senhor presidente submeteu a aprovação “ad referendum” à homologação, que foi aprovada, com dois (02) votos contrários e oito (08) abstenções. **Item 08 – Processo nº 23110.0218658/2018-63 da CPPD – Alteração do artigo 25 da Resolução 13, de 20 de maio de 2014 que dispõe sobre as normas para o processo de avaliação de desempenho dos servidores docentes em estágio probatório**. O senhor presidente disse que o processo estava na pauta, mas não seria analisado na presente reunião, por estar tramitando há muito tempo e não estar evoluindo. A Administração decidiu compor uma Comissão Especial, para avaliar esta proposta. Em próxima reunião o assunto seria discutido, após a apresentação do trabalho da Comissão. Encaminhamento

submetido à aprovação. Aprovado, com seis (06) abstenções. **Item 09 – Atualização da Resolução 02/2015, que dispõe sobre a relação entre a UFPEl e as Fundações de Apoio.** O senhor presidente falou sobre a disponibilização de bolsas. Explicou que em 2015 havia sido aprovada a Resolução sobre relação entre as Fundações de Apoio e a UFPEl. Houve mudanças na legislação e pontos específicos que faltaram ser incluídos na Resolução. Foi apresentada proposta de alteração, com itens, como atualização da tabela de valores. Foram realizadas adaptações. Proposta de inclusão de Coordenador Adjunto e Vice-Coordenador. A proposta foi encaminhada à Procuradoria Jurídica, que retornou com sugestões de adaptação e havia chegado no dia anterior. A Administração trabalharia na atualização da proposta e traria para próxima reunião. O conselheiro Marcelo Capilheira solicitou celeridade na apresentação da proposta, por existirem projetos que estavam parados, por falta da especificação dos valores de bolsas. O senhor presidente respondeu que o assunto retornaria na primeira convocação do Conselho. O conselheiro Fabrício Härter falou que poderiam aprimorar o valor da taxa administrativa por parte das Fundações. Solicitou ser flexibilizado o texto em relação à porcentagem da taxa. O senhor presidente respondeu que sobre este assunto havia outra Resolução, que poderia ser analisada, embora a legislação existente sobre o tema era extremamente rigorosa. O conselheiro Gustavo Maia Souza falou que a respeito desse assunto, seria interessante que fosse realizada de forma ampla, pois existiam processos paralisados havia seis meses, pois a Fundação, ao invés de auxiliar, estava atrapalhando. Sugeriu a criação de um GT, para auxiliar na análise do tema. O senhor presidente concordou com a proposta e sugeriu a indicação de nomes: Foram apresentados os seguintes nomes: Gustavo Maia Souza, Evandro Piva, Antônio Costa de Oliveira e Luís Isaías. O conselheiro Antônio Oliveira falou que trabalhava com as Fundações há muitos anos, e atualmente a burocracia estava extremamente grande, emperrando a agilização. Aprovados os nomes, ficou deliberado até outubro apresentar o resultado da Comissão. O conselheiro Gustavo sugeriu que fosse apresentado nome de representante das Fundações. Aprovada a sugestão, o senhor presidente sugeriu que fossem indicados os nomes posteriormente. Nesse momento a conselheira Adriana Gomes fez uma fala sobre a forma como havia sido procedida a indicação dos nomes a serem homenageados com Títulos Honoríficos e falou que o nome indicado pelo Hospital Escola não havia sido Técnico-Administrativo e sim, docente. O senhor presidente explicou que a indicada, Marilú Correa, havia sido inicialmente Técnica-Administrativa, passando à docência posteriormente. **Item 10 – Processo nº 23110.024513/2018-00 – Projetos Institucionais.** O senhor presidente informou que no Plano Institucional, em 2015, havia surgido a possibilidade de outros grupos. Em reunião com Fórum de Diretores, as Unidades Acadêmicas poderiam distribuir bolsas das Unidades. Bolsas de Desenvolvimento Institucional. Não existia regimento para estas bolsas. Foi necessário criar o regimento para estes Projetos Institucionais. Houve parecer da CLN, que foi lido, seno este favorável ao Projeto. Colocado em regime de votação, houve a manifestação do conselheiro Cesar Bergoli, representante dos professores Adjuntos. Falou que era importante a existência deste Projeto. Vários professores tinham proposta de projeto que não se incluía em pesquisa, ensino ou extensão e havia a necessidade de criarem este tipo de projeto, para enquadrar os docentes que tinham possibilidade de captação de recursos e não se enquadravam nas categorias existentes. Colocado em regime de votação, o projeto foi aprovado, com quatro (04) abstenções. **Item 11 – FUTURE-SE.** O senhor presidente disse que este era o ponto principal da pauta e necessitariam, no mínimo, de duas horas para a apresentação e manifestações. Apresentou slides com os métodos. Disse que existia um vício de origem, pois o plano havia sido construído sem a participação de nenhuma universidade. Foi construído entre quatro paredes. Plano apresentado às pressas, para reverter a imagem do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Pressa na consulta pública e envio ao Congresso. Lembrou que o Ministro da Educação era desaprovado pela maioria da população. Na análise do mérito, havia alguns pontos que poderiam ser considerados positivos, por já serem realizados pelas universidades. O ponto mais positivo do FUTURE-SE era que a captação de recursos pelas universidades não poderia ser utilizada por elas, por não ter espaço no orçamento. Estavam falando em recursos grandes, que eram utilizados pelo MEC, para pagamento de servidores inativos. Viés meramente econômico. Plano elaborado por economistas e que ignora o Plano Nacional de Educação. Diminuição gradativa do papel do Estado no financiamento da educação superior no Brasil. Diligências importantes entre os slides e o documento; privatização via organização social (gestão administrativa e acadêmica); ignora o fazer técnico-administrativo nas IFES; aposta na desunião das IFES; aposta no enfraquecimento da ANDIFES; aposta em reitores aderentes, antes mesmo de conhecerem a proposta; aposta nos riscos da não aderência. Lembrou que estávamos com o caixa zerado e acreditava que se houvesse aderência, os recursos seriam liberados. A ANDIFES havia tirado proposição de não aceitarem adesões que não passassem pelos Conselhos Superiores. Encaminhamentos retirados de Assembleia. Havia sido preparado, pela Administração Central, documento de trinta e uma (31) páginas, fazendo análise ponto a ponto, sendo utilizado por outras universidades. O documento já havia sido enviado ao MEC, como avaliação

preliminar da Administração da UFPel. Disse que havia proposta de fazerem uma série de debates, mas solicitava ao Conselho que referendasse a ideia de realização de Plebiscito que seria apresentado e referendado pelo CONSUN. Deixou a palavra à disposição dos conselheiros e solicitou que o teto fosse as onze horas, para discussão e, após, encaminhamento retirado do Conselho. A partir deste momento aconteceram diversas manifestações. A conselheira Vanessa Doumid disse que o CLC havia realizado Assembleia e se posicionado contrário ao Projeto, pedindo que o CONSUN se posicionasse sobre o FUTURE-SE. A conselheira Mariângela da Rosa Afonso, ESEF, também fez uma fala no mesmo teor. Em resumo, houve a preocupação de realização de plebiscito, sem realização anterior de grande discussão, para obtenção de algumas respostas. Também surgiu o temor de colocar em risco a Universidade Pública. O conselheiro Luiz Carlos Rigo disse que não deveríamos cair na cilada da pressão e deveriam sim, aprofundar a discussão e perguntou se a votação seria por categorias ou universal. O conselheiro Tony Sechi falou que acreditava que realmente não era o momento de fazer um plebiscito, sem ter antes uma discussão. Disse entender que o FUTURE-SE seria a solução para a universidade. O conselheiro Cesar Bergoli sugeriu que o CONSUN deveria prever um calendário para concluir os debates. O senhor presidente falou que plebiscito, com resultado conhecido, não era plebiscito. Deveria acontecer a democracia. A UFPel era a primeira universidade a apresentar sua posição, com documento extenso. O plebiscito teria um peso que o Governo não estava acostumado a receber. O Governo estava com ódio da postura da UFPel. Existia um motivo muito forte para ter apresentado a proposta de realizarem o plebiscito. Solicitou autorização do Conselho, para manifestação do Prof. Otávio Peres, que não era membro do Conselho. Aprovada. Este falou que havia acompanhado o Reitor a Brasília. Disse ter sido uma estadia bastante hostil. Falou que acreditava que a apresentação do Projeto naquele momento era uma estratégia do Governo Federal, pelo fato de que o orçamento para o segundo semestre deveria ser liberado entre agosto/setembro. Disse que o Reitor havia solicitado um encaminhamento para início dos debates, para decidir se aprovavam um plebiscito, entendendo ser um instrumento maior de avaliação democrática na Universidade. A conselheira Eleonora Santos falou da aprovação de início de um plebiscito, como instrumento máximo para decisão da aceitação ou não de adesão ao FUTURE-SE. Disse ser favorável ao encaminhamento. O conselheiro Marcelo Capilheira falou em relação aos hospitais universitários terem a tendência de ser privatizados, conforme seu entendimento da proposta. O senhor presidente relatou que o Ministério Público estava questionando o Governo sobre a forma como havia sido realizada a consulta pública. Disse que vários Deputados haviam sido consultados por reunião, com a finalidade de esclarecimento em relação à proposta do projeto. No ambiente político as universidades estavam obtendo vitórias. O conselheiro Rogério Würdig apresentou sua opinião, no sentido de que deveria acontecer manifestações na rua, pois só discutir internamente não era possível dar a visão necessária para o problema. Disse que discussões isoladas não eram realidade e sim, discussões com grupos de Unidades. Ex: Anglo, Porto, Campus Capão do Leão, etc. Muitas outras manifestações convergiram para a necessidade de realização do plebiscito. O conselheiro Luís Isaías Amaral falou que apenas cento e trinta (130) votos do Congresso seriam às universidades. Deveriam ser extremamente competentes em suas falas e propostas, para angariar votos do Congresso, que discutiria até o final de agosto. O importante era colher a opinião de vinte e quatro mil pessoas e não apenas os sessenta e três conselheiros. Tomar decisão de uma consulta à Comunidade toda era muito mais relevante. Deveriam acenar a todos que o Conselho utilizaria um instrumento que contemplasse a todos poder externar sua opinião. A conselheira Thaize Wehrmeister solicitou, em nome dos representantes dos servidores Técnico-Administrativos, que não acontecesse votação sobre plebiscito na presente reunião. O senhor presidente apresentou proposta de cronograma: setembro/outubro, para discussões (debates integrados, debates internos e outras formas); outubro/dezembro, para realização do plebiscito e votação no CONSUN sobre resposta do plebiscito. A dúvida seria quando retirariam a proposta de aprovação da deliberação pelo plebiscito na presente reunião. Colocou em votação o cronograma, que foi aprovado, por unanimidade. A segunda parte do encaminhamento, foi a votação para decidirem por plebiscito na presente reunião, que obteve vinte e três (23) votos favoráveis, vinte (20) votos contrários e duas (02) abstenções. Até a metade de outubro ocorreriam discussões e a partir da segunda metade de outubro, realização do plebiscito. Manifestações finais: O conselheiro Luiz Carlos Rigo disse que a proposta não havia sido bem encaminhada. O senhor presidente respondeu que havia sido claro que havia proposto votarem se decidiriam pelo plebiscito na presente reunião. O conselheiro Tony Sechi questionou sobre o recurso liberado pelo governo Federal, ao que o senhor presidente respondeu que toda a verba havia sido destinada para todos os assuntos referentes à questão acadêmica (Assistência Estudantil até setembro) e pagamentos a terceirizados até outubro. O representante discente Fidel da Silva falou que por si só, o processo democrático de votação não estaria garantido que o processo seria amplo. Disse que se preocupava que desde já deveriam pensar sobre o modelo para tornar, de fato, o ato democrático. O senhor presidente garantiu que desde o início havia

afirmado o que haveria discussão ampla de como se daria o plebiscito e esta era a forma como estavam sendo tratadas todas as pautas na Universidade. Nesse momento a conselheira Rosana Chollet deixou registrado que acreditava ser lamentável a forma como havia sido votado o assunto, após discussão exaustiva e no seu ponto de vista não concordava com o fato. O conselheiro Luiz Carlos Rigo disse que na próxima reunião deveriam decidir todas as questões pendentes. O conselheiro Luís Isaías Amaral, como presidente do COCEPE, solicitou que todos que participavam daquele Conselho, que a partir de segunda-feira próxima, participassem de campanha para uso racional de utilização de recursos utilizados para execução das atividades. Sem mais manifestações o senhor presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos e eu Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada foi igualmente assinada eletronicamente pelo senhor presidente.



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMERI GOMES GONCALVES, Secretária, Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão**, em 02/01/2020, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO RODRIGUES CURI HALLAL, Reitor**, em 02/01/2020, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0837948** e o código CRC **6C305252**.